


A PERSPECTIVA FILOLÓGICA*

Eduardo Henrik Aubert**

 <https://orcid.org/0000-0002-7562-7057>

Como citar este artigo: AUBERT, E. H. A perspectiva filológica. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2021. DOI 10.5935/1980-6914/eLETDO2114350

Submissão: março de 2021. **Aceite:** março de 2021.

Resumo: Este texto busca apresentar o que define como a perspectiva filológica, isto é, aquele que se pode ter por núcleo fundamental da filologia em suas distintas vertentes disciplinares. Para tanto, após identificar esse núcleo no historicismo textual, discute duas orientações fundamentais dos estudos filológicos, buscando demonstrar como estão radicadas naquela matriz nocional e como tais orientações são tendencialmente solidárias.

Palavras-chave: Filologia. Crítica textual. Historicismo. Ciências auxiliares. Estudos do manuscrito.

* O autor deseja agradecer a Alexandre Hasegawa, Caian Nogueira e João Carlos Mettlach a leitura deste texto e as pertinentes sugestões que ofereceram para seu aprimoramento.

** Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp); Laboratório de Teoria e de História das Mídias Medievais, Universidade de São Paulo (Lathimm-USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: eduardo.aubert@usp.br

INTRODUÇÃO

Tornou-se gesto quase tópico exordiar uma exposição sobre a filologia com um inventário das múltiplas definições que se colhem desse termo milenar, recorrendo a léxicos diversos, de uma ou mais línguas (e.g. VARVARO, 2012, p. 3-7). Quiséssemos emular essa prática em língua portuguesa, o material sobejaria.

Talvez, no entanto, perdêssemos desde logo algo de essencial ao sinalizar a multiplicidade de acepções sem apontar que há uma lógica diacrônica na sucessão, de modo que, sob a diversidade da sincronia presente, se identificam estratos cronológicos diversos. Assim, seria possível verificar, nos séculos XVIII e XIX, uma noção amplíssima de filologia como “estudo das letras humanas” (BLUTEAU, 1720, p. 482) e mesmo como “a arte que trata da inteligência e interpretação crítica gramatical ou retórica dos autores, das antiguidades, histórias, etc.” (MORAES E SILVA, 1813, p. 446; VIEIRA, 1873, p. 792). Depois, entre fins do século XIX e meados do XX, ela veio a ser definida como “ciência das línguas ou de uma língua em particular, sob o ponto de vista de sua história literária e gramatical” (AULETE, 1881, p. 1.343; cf. ainda FREIRE, 1954, p. 2.558; SILVA, 1953, p. 197; NASCENTES, 1967, p. 352), como sinônimo de “glótica” (FIGUEIREDO, 1926, p. 416). Posteriormente, sob a pressão da noção de linguística, abrindo oposição nocional diante daquela de filologia, individualizar-se-ia uma acepção centrada no trato documental, como “estudo dos documentos escritos (preferencialmente literários) e da forma de língua que eles revelam” (FERNANDES, 1969, p. 867; cf. FERREIRA, 1986, p. 779) ou, mais especificamente, como “estudo que tem por objetivo a restituição de um texto à sua forma linguística primitiva, retirando-se dele todos os acréscimos que sofreu no decurso de sua transmissão” (AULETE; GEIGER, 2011, p. 658).

Ocorre, no entanto, que meramente identificar a diacronia que foi se depositando em estratos que hoje se apresentam sincronicamente,¹ como sentidos coexistentes na língua, continua a perder de vista algo essencial, a saber, o nexos nocional que subjaz à composição dessas distintas acepções, que de certo modo se individualizaram ao longo do tempo em torno de algo como uma matriz comum.

Nossa proposição, nesta curta intervenção, é a de que, no agrupamento dessas noções de filologia, há não um agregado disparatado, mas sim um conjunto articulado por um fio unificador, que permite vê-las como aspectos de um mesmo problema. É o que pretendemos expor ao identificar uma “perspectiva filológica”, em que se radicam todos esses sentidos, aparentemente plúrimos.

Pode-se principiar a tratar do assunto por mais uma tópica de definição, certamente mais útil, embora também deva ser ponderada, como de pronto se

1 Segundo testemunha o rico verbete “filologia” no *Dicionário Houaiss*, em que se pode verificar que a primeira acepção é próxima daquela identificada nos séculos XVIII e XIX, a terceira, aquela que assumiu primeiro plano entre fins do século XIX e meados do século XX, e a segunda – de certo modo estendida pela quarta –, aquela que se pôde identificar com maior clareza a partir de meados do século XX: “1. estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos 2. (d1815) estudo rigoroso dos documentos escritos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos 3. (sXX) o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p.ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica 4. estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos” (HOAÏSS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1.344).

verá, qual seja, a que contrapõe as noções de filologia em sentido estrito e de filologia em sentido amplo. Trata-se, afinal, de tópica que articula a dispersão semântica em um esquema estruturado.

Em sentido estrito, “filologia” vem amiúde equiparada à filologia textual, ou à crítica textual: “disciplina ou complexo de disciplinas destinadas à reconstrução e à interpretação, conduzidas com método científico, dos textos literários (mas não apenas: cf., por exemplo, a *f. musical*, etc.) e dos documentos linguísticos” (MALATO, 2017b, p. 60). Não, note-se, no sentido necessário de *uma* disciplina, mas de atividades voltadas a determinados fins.

Em sentido amplo, a seu turno, filologia se pode compreender como:

[...] o complexo de estudos que, movendo-se em vários setores e utilizando-se de diversos instrumentos de investigação, mas baseando-se sempre em um exame crítico concreto dos textos, documentos e testemunhos, tem por objetivo uma exata e exauriente compreensão do próprio texto em sua precisa situação histórico-cultural e inclusive, em um escopo mais amplo, propõe-se o conhecimento integral e a reconstrução de um período histórico ou de uma ou mais civilizações, estudando sua língua, a literatura, as diversas manifestações culturais (BALDUINO, 1979, p. 2, grifos nossos).

Como se pode ver, não se trata bem de duas acepções, mas de uma acepção – a lata – que contém a outra, compreendida funcionalmente como etapa necessária e essencial de um propósito mais vasto, ou de uma sucessão de propósitos expansivos. Nossa tarefa, nas páginas que se seguem, será buscar explicitar qual é o núcleo fundamental que permite a articulação funcional dessas tarefas e, diante disso, buscar sua caracterização estruturada, o que implicará também necessariamente aprofundar as modalidades de articulação para além do quanto já sugerido.

A PERSPECTIVA FILOLÓGICA

A perspectiva filológica parte da percepção de uma fratura entre a posição histórica do leitor hodierno e aquela em que se situa o texto cuja compreensibilidade se pretende atingir; percebe o texto como despido, no presente, de plenas condições de inteligibilidade pela intervenção de uma ruptura ou de sucessivas rupturas que afastaram dois horizontes hermenêuticos e pretende intervir para criar, ou recriar, no presente, as condições de inteligibilidade que em algum ponto do passado havia. Notar-se-á que não afirmamos tratar-se das condições de inteligibilidade que correspondem à produção do texto ou a sua escrita originária, porque o estrato histórico potencialmente vislumbrado é vário, e é contingência – pertinaz, embora – da tarefa filológica buscar situar o leitor como se estivesse no momento de gênese primeira do texto.

É precisamente nesse sentido que Wilamowitz-Moellendorff (1998, p. 1) define a tarefa da filologia, em termos expressivos, como “tornar novamente viva, pela força da ciência, a vida passada”, algo que poderia se configurar mesmo como um “desejo pelo passado textual” (GUMBRECHT, 2003, p. 3), diretriz que, de forma mais sóbria, se pode colher na ideia de que o labor filológico é aquele de “um empenho cotidiano sobre o texto e pelo texto *em sua recuperada historicidade*” (MALATO, 2017a, p. 128, grifo nosso; cf. também TURNER, 2014, p. x).

A perspectiva filológica é, portanto, uma perspectiva historicista, segundo a qual, reconhecida a alteridade fundamental, especificamente histórica, de um texto, é necessário desenvolver um conjunto de operações para que o leitor possa se posicionar imaginativamente naquela situação outra e ver o texto tal como ele então podia ser visto – diretriz que, evidentemente, pode assumir vestes mais ingênuas ou mais mediadas segundo a crença nas capacidades que as operações filológicas têm de passar uma ponte por sobre o fosso histórico.

A historicização é, portanto, uma atitude que se desdobra em atos, ou procedimentos: atitude de entender aquilo que é cronologicamente apartado de nós – e especificamente, no caso da filologia, o texto –, como também apartado de nossa inteligência, de modo que a pré-compreensão de que dispomos não basta, devendo ser continuamente redimensionada pela absorção de novas informações que vão incrementando a inteligibilidade daquele objeto, mediando nosso essencial anacronismo, entendido como situação histórica efetivamente distinta; procedimentos que alargam e transformam a compreensão até o ponto (ideal) em que o leitor moderno pudesse compenetrar-se daquela posição distinta da sua, capturando-a e fundindo-a em sua própria compreensão.

Em tese, seria possível pensar, exatamente nesses termos, em uma filologia que se preocupasse não apenas com o fosso temporal no interior de nossa própria cultura – entendendo-se por “nossa” qualquer variável extensão daquilo que se pactuou conceber, em fases diversas, como “tradição ocidental”, sob diversos argumentos, e notadamente em articulação com momentos históricos tidos diversamente por fundadores, como a Antiguidade Clássica, mais ecumênica, ou a Idade Média, mais pronta a promover restrições do que se pode abrigar sob a primeira pessoa do plural –, mas também com o fosso espacial entre a “nossa” e outras culturas.

Sem dúvida, operam aí pressupostos diversos, de duvidosa validade, mas que em grande medida influem na percepção, discutível, de que, em nossa tradição, haveria algo como uma noção de texto – com harmônicos mais ou menos fortes: escrito, literário, autoral etc. (cf. CERQUIGLINI, 1989, p. 29) – que se negariam a outras culturas distintas dela, operando sob diversos pressupostos. Trata-se, assim, de uma limitação problemática, sobretudo conforme se vai pondo em questão a própria noção de texto, mas tão fundadora das práticas de que aqui nos ocupamos que sua validade descritiva é evidente. Ademais, conforme se afirma uma percepção antropológica do passado, vale dizer, uma descrição do passado como alteridade não originária, mas simplesmente outra, os contornos também aqui se vão esfumando.

É precisamente de uma perspectiva como essa que parte aquele que é frequentemente retratado como momento fundador da filologia ocidental, vale dizer, o engajamento dos bibliotecários – retrospectivamente, a partir do Renascimento, ditos filólogos, mas mais propriamente “gramáticos” ou “críticos”, como vinham referidos em sua época (JÄGER, 1990, p. 11; mais amplamente: KUCH, 1965; PFEIFFER, 1978; REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 5-16) – do século III a.C., que, em grandes centros letrados do mundo helenístico, como Alexandria e Pérgamo, se interessavam por editar e compreender os textos gregos arcaicos, especialmente os poemas homéricos, de que distavam já mais de 400 anos. Nos termos de Jäger (1990, p. 11), “a língua de Homero originou-se em outro tempo e em outro dialeto, diverso do seu”. Mais que isso, Homero era percebido como outro cuja apreensão apenas poderia ocorrer mediada por procedimentos que franqueariam

acesso a ele, o que, naquela perspectiva, equivaleria a derrubar as camadas de interferência que se foram interpondo ao longo do tempo (cf. SCHIRONI, 2018, para um exame detalhado da atuação de Aristarco de Samotrácia).

Talvez, contudo, para além dos poemas homéricos, a perspectiva filológica possa ser colhida de modo mais evidente no trato com a mélica arcaica, que, à exceção de Píndaro, nos atingiu de forma inteiramente fragmentária. Ainda assim, “praticamente tudo o que ainda conservamos da lírica, nós o devemos à aplicação dos alexandrinos à literatura grega” (ZIMMERMANN, 2011, p. 126). Os gramáticos de Alexandria, a exemplo de Aristófanos de Bizâncio, que se ocupou seja de Homero e de Hesíodo, seja dos poetas mélicos, são, afinal, responsáveis pelas edições que, reproduzidas depois até os primeiros séculos de nossa era (PFEIFFER, 1978, p. 181-189), a partir de certo momento não mais foram copiadas e hoje se encontram apenas em retalhos, emergindo caprichosamente no curso de escavações, mormente sob camadas milenares das areias egípcias.

A fragmentariedade física expõe agudamente a perspectiva filológica porque a lide com o fragmento materializa a expansão do horizonte de cognoscibilidade em tarefa visível: as “cicatrizes textuais” (GUMBRECHT, 2003, p. 15) deixadas pela perda do suporte da escrita e, com ele, dos signos gráficos que trariam (impressão de) completude a, por exemplo, um poema de Safo colocam-se, já a uma pré-compreensão, como um problema. É assim que, para os filólogos que se ocupam desses poemas, grande parte do esforço está destinado a propor conjecturas argumentadas para completar aquilo que está materialmente incompleto. Trata-se, assim, de forçar os limites do visível e lançar luz sobre o que não se vê.

Diferentemente do que poderia pensar uma crítica simplória, não se trata de mero trabalho de adivinhação fantasiosa ou, como jocosamente dito por um filólogo clássico, ocupando-se de intrincado poema (fragmentário) de Píndaro, de mera *Spielerei* (PAGE, 1962, p. 49), mas de efetivo trabalho de conhecimento que, se não propõe sempre a singular conjectura certa – noção complexa em tradição que exibia variantes legítimas como parte essencial de sua composição e transmissão oral, e não como mera deturpação de um original intocável e intocado –, desenha um fundamentado campo de possibilidades condicionado pela compenetração de múltiplas variáveis históricas. A recente publicação de novíssimos fragmentos de Safo, vindos à luz primeiramente em 2014 (novíssimos, pois não havia muito, em 2004, surgiram já relevantes fragmentos que foram rapidamente difundidos como “nova Safo”), permitiu confrontar conjecturas eruditas já centenárias com os novos achados, não raro demonstrando que os especialistas estavam certos e haviam completado corretamente os versos até então perdidos (OBBINK, 2016).

Essa dilatação metódica e contínua da pré-compreensão de um texto buscando os meios para reposicionar o leitor em um horizonte histórico – ou, melhor dizendo, em situação de inteligibilidade correspondente a posição histórica diversa da sua – é, assim, seja na lide com os fragmentos da mélica grega ou outros, seja em diversas outras encruzilhadas textuais, aquilo que se pode legitimamente caracterizar como perspectiva filológica.

FILOLOGIA COMO HISTORICIZAÇÃO CENTRÍPETA

Jacob Grimm (1785-1863) e Karl Lachmann (1793-1851), duas das mais destacadas personalidades da filologia alemã da primeira metade dos anos 1800,

trocaram intensa correspondência entre 1825 e 1835 (FORNARO, 2020, p. 149). Poucos meses após a morte de Lachmann – a cujo nome se associa a pedra de toque da moderna filologia textual, o notório “método de Lachmann” (cf., *infra*, neste item) –, Grimm pronunciou um discurso em homenagem ao colega, em que propôs uma distinção aguda entre a filologia tal qual a praticava e a filologia tal qual Lachmann a cultivara. Nos termos do erudito: “podem-se dividir todos os filólogos que chegaram a algum resultado entre aqueles que estudavam as palavras em razão do interesse pelas coisas e aqueles que estudavam as coisas em razão do interesse pelas palavras” (GRIMM, 1864, p. 150).

Diante da perspectiva filológica essencial, de alargamento da compreensão do texto por meio da dilatação da compreensão da posição histórica em que se situa aquele texto – vale dizer, da posição em que o texto se situava em determinado momento de sua existência para determinados sujeitos, cuja compreensão o filólogo pretende atingir ou açambarcar –, é afinal possível conceber duas formas de filologia distintamente orientadas, uma que funcionaliza o texto para a compreensão de seu entorno (como fazia Grimm) e outra que funcionaliza o entorno para a compreensão do texto (como fazia Lachmann). Tomando o texto como referencial, pode-se figurar a primeira perspectiva como “filologia centrífuga”, que dirige o texto para fora de si, e a segunda como “filologia centrípeta”, que mobiliza o entorno para dentro do texto. É da filologia centrípeta que nos ocupamos neste item, deixando a abordagem da filologia centrífuga para a próxima seção.

Naturalmente, é também concebível uma forma de filologia de vetor duplo, que pretenda o mútuo esclarecimento dessas componentes sem preeminência teleológica, como bem percebeu Fraenkel (1964, p. 558), comentando o passo acima citado de Grimm e lembrando filólogos como Scaliger e Wilamowitz:

[...] para os grandes descobridores [da filologia moderna] na França, à época do Renascimento, não havia nenhuma forma de “ou isso ou aquilo” como aqui, muito menos para Joseph Scaliger, o mais importante filólogo que conhecemos.

A importância dessa formulação restará mais clara após as considerações tecidas nesta seção e na seção subsequente; ao menos como tipos ideais, contudo, essas duas formas de trabalho filológico permitem identificar tendências e descrever, separadamente ou em combinação, o labor filológico.

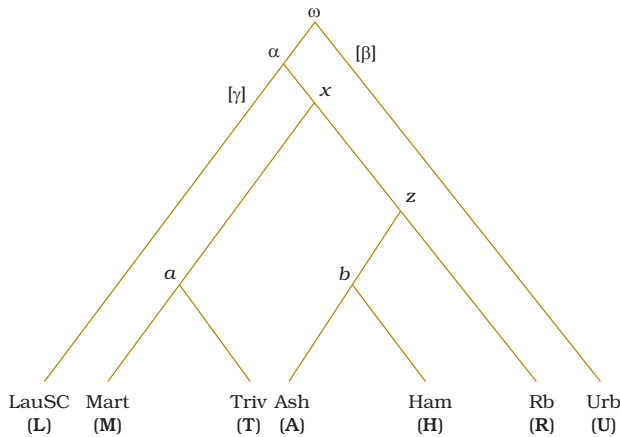
Isso posto, pode-se dizer que, no núcleo duro da filologia centrípeta, está a filologia textual (ou crítica textual, ou ecdótica), compreendida como atividade de edição, ou fixação, do texto, ou mais propriamente, de restauração do texto ao seu estado histórico – usualmente compreendido simplesmente como o estado que coincidiria com a sua produção. Todo o esforço dos procedimentos que podem decorrer da perspectiva filológica estaria então voltado a fazer emergir um texto dando-o a ver hoje tal qual ele teria sido em seu momento originário, de surgimento para os primeiros leitores. Nos termos de Fornaro (2020, p. 150), é a ambição de Lachmann que “quer restituir ao texto, a despeito dos séculos, sua virgindade, para que ele fale aos iniciados, isto é, a quem o possa entender sem necessidade de intérpretes”.

É de fato ao nome de Lachmann, notadamente em seu comentário ao *De rerum natura* de Lucrécio (LACHMANN, 1850), que, a despeito de uma vasta pré-história, logo com um protagonismo duvidoso (cf. FIESOLI, 2000; TIMPANARO, 2004),

vêm associados os procedimentos que visavam a reconduzir a multiplicidade da tradição de um texto, em códices corrompidos e preenchidos de erros, ao arquétipo (isto é, ao modelo de que derivariam todos os demais textos, inclusive aqueles hoje existentes), que pode ou não ser o “original”. Todos os manuscritos são examinados e comparados (*recensio*), de forma que possam ser classificados, segundo uma tipologia de erros (sob o pressuposto de que erros não banais não podem ser tidos por ocasionais e, logo, denunciam um parentesco entre manuscritos que foram copiados uns dos outros, com ou sem intermediários). Daí resulta uma representação em forma de *stemma*, ou *stemma codicum*, vale dizer, uma árvore genealógica de manuscritos, em que cópias mais distantes de exemplares mais puros podem ser eliminadas de consideração. Reconhecido o parentesco entre os testemunhos, torna-se necessário identificar e corrigir os erros (*emendatio*) não eliminados formalmente pelos pontos do *stemma* a que correspondem códices conservados, por meio da formulação de hipóteses (cf., sobre esses pontos, com a distinção fundamental entre *recensio* e *emendatio*, LACHMANN, 1850, p. 3-15; mais detalhadamente, MAAS, 2017, p. 7-34).

É justamente na atividade de *emendatio* e mais particularmente na formulação de hipóteses para franquear a lacuna entre o texto menos corrompido possível e o arquétipo, senão o original, que intervém fortemente a imaginação histórica, isto é, o esforço de conjurar toda uma apreensão do entorno – o gênero textual, o conteúdo de um sistema de pensamento, as necessidades da língua, o metro etc. – para restituir à visão, como no caso já mencionado dos fragmentos, aquilo que não se vê. O próprio Lachmann, no referido comentário filológico ao *De rerum natura*, por exemplo, propõe integrar todo um verso em ponto em que pensa identificar lacuna já presente no arquétipo, por necessidade da língua e por traços paleográficos em um manuscrito, que deixaria um espaço nesse ponto (livro II, entre os versos 600 e 601); embora indique proceder “com técnica rude” (LACHMANN, 1850, p. 109), propõe todo um hexâmetro de sua lavra: *magnifice diuam ex ipsis penetralibu’uctam*.

A imaginação histórica é conjurada, contudo, a todo momento, para além dos quadros do lachmannismo mais estrito. Um dos casos mais notórios de resistência ao método da *recensio* e da *emendatio* é oferecido pelo problema da edição da *Comédia* de Dante, obra cujos primeiros manuscritos datam de cerca de quinze anos após a morte do poeta e exibem diversas variantes. Contra todas as dificuldades, Federico Sanguinetti tentou, recentemente, chegar a um *stemma codicum* que isolasse um manuscrito (“Urb”, ou “U”, Figura 1, *infra*), permitindo considerar as variantes nos demais testemunhos como erros acumulados posteriormente ao arquétipo (“ω”). Entretanto, como bem apontou Enrico Malato (2018, p. 4), todos esses códices, incluído “Urb”, representam uma tradição dinâmica, “perturbada por uma *contaminatio* precoce e difusa, infiltrada profundamente em todo o território do poema”.

Figura 1 – *Stemma codicum* de manuscritos da *Comédia* de Dante

Fonte: Sanguinetti (2001, p. lxxv).

Diante dessa constatação, o filólogo textual da *Comédia* de Dante deve reconhecer que está diante de variantes adiâforas, isto é, de variantes que, do ponto de vista do *stemma*, possuem igual valor e não podem se resolver por procedimentos meramente formais, convocando uma atividade crítica ou interpretativa que demanda todo um conjunto de dados do entorno para viabilizar uma escolha argumentada. É precisamente nesse sentido a perspectiva de um dos grandes dantistas do século XX, para quem

[...] oferecer a edição de um texto não significa apenas retomar a tradição manuscrita segundo um esquema, mas compreender perfeitamente (rendersi perfettamente conto) aquele texto, sob todos os aspectos, como uma coisa viva (BARBI, 1973, p. xxiv).

Evidentemente, quando, para além disso – mas com uma sensibilidade afim –, passa-se a considerar que os diversos testemunhos de um texto são, eles mesmos, com suas variantes, pontos de vista relevantes de compreensibilidade, aptos a atrair o interesse do filólogo, e não meros instrumentos para o atingimento de uma única situação histórica originária, é o *stemma* que se torna de certo modo instrumental, carregado de interesse a cada entroncamento, pois o filólogo pretende, com ele, mais que remontar a um texto, situar um momento a ser desvelado e ao qual buscará estender sua ponte de compreensibilidade.

É sob essa perspectiva que movimentos como a *new philology* estadunidense propuseram redirecionar a filologia para o estudo da “cultura manuscrita”, em gesto declarado de abertura – ou, mais propriamente, de reabertura – para campos como a história, a antropologia e os estudos culturais (NICHOLS, 1990). Aproximamo-nos, assim, de uma filologia claramente centrífuga, e a próxima seção deste texto permite apreender algo a esse respeito. Como viu Raimondi (1963, p. 196, grifo nosso), diante de casos assim, a filologia

[...] reconduz-se, no fundo, a suas origens: não mais uma simples técnica de determinação, mas um conhecimento integral que, mediante a exegese de um texto e a compreensão de suas formas, reencontra, após tê-la assumido como hipótese necessária, a totalidade da história.

FILOGIA COMO HISTORICIZAÇÃO CENTRÍFUGA

Um dos mais significativos experimentos frustrados do lachmannismo foi a tentativa, capitaneada pelos monges da Abadia de Solesmes, de restaurar o estado original do canto gregoriano, não apenas quanto aos textos dos formulários litúrgicos, mas também e sobretudo no que diz respeito à melodia dos cantos. Esse estado original, outrora concebido como o canto ditado aos escribas por Gregório Magno, ele mesmo inspirado pelo Espírito Santo, logo passou a ser entendido como aquele canto que resultou da recepção franca de textos e melodias romanos, no processo de reforma litúrgica empreendido pelos carolíngios (AUBERT, 2013).

Tal tarefa, formulada nos precisos termos de uma “filologia musical” (BERGERON, 1998, p. 94), chegou a seu ponto máximo, depois já de um século de trabalhos, com os estudos preparatórios da edição crítica do gradual romano (livro que contém os cantos da missa), na década de 1950. Partindo de uma *recensio* inicial de cerca de 700 ou 800 manuscritos (SOLESMES, 1957, p. 9), restringiu-se depois a um conjunto de 33 códices (SOLESMES, 1962, p. 13), com base em sucessivas investigações de variantes, por meio de sondagens. Esses livros foram divididos em grupos regionais, correspondendo, de certa forma, à eliminação dos graus mais distantes do arquétipo em um clássico *stemma* lachmanniano.

Contudo, como acabaram por constatar os monges de Solesmes (1962, p. 38), “as relações genealógicas de nossos 33 manuscritos são demasiado confusas para que possam ser reconstituídas e representadas por um *stemma*”; isso, postulam os estudiosos, porque teria havido ampla *contaminatio* na difusão do canto chamado gregoriano: “parece que os encontros fortuitos borrifam, por assim dizer, toda nossa tradição manuscrita e produzem essa espécie de fluidez que dispersa confusão por toda parte” (SOLESMES, 1962, p. 38).

A edição crítica, como consequência dessa constatação, foi postergada e nunca se realizou, tendo hoje desaparecido do horizonte dos projetos de Solesmes e de outros cultores da gregorianística, resistindo apenas em setores muito minoritários. Simultaneamente, processou-se uma profunda reorientação desses estudos, pois se identificou, na plethora de variantes, que não se poderiam conduzir a um arquétipo, não prova das deficiências da transmissão, mas sintoma revelador da própria condição de existência do canto litúrgico medieval.

Conforme aponta Leo Treitler (2003b, p. 21, grifo nosso), um dos principais representantes da reconfiguração da gregorianística,

[...] as variantes não são corrupções aleatórias de um original [o “erro” lachmanniano]; elas exibem cada uma das comunidades eclesiástico-musicais usando o sistema gerativo desse idioma musical tal como o conhecem com consistência e propósito, e assim nos mostram as fronteiras do sistema como tal.

Note-se a formulação: o manuscrito não dá a ver o original invisível, mas a comunidade, também invisível, que produziu e utilizou o manuscrito que efetivamente se vê.

Em artigo central que relaciona o problema do canto gregoriano à questão homérica, ponto crítico fundamental para a filologia clássica lachmanniana², Treitler (2003a, p. 172) propõe que toda a transmissão do canto gregoriano é

² Lachmann foi pertinaz crítico textual dos poemas homéricos, buscando individualizar estratos na poesia homérica, de que seria possível extrair cantos singulares originários, distinguindo-os de acréscimos (FORNARO, 2020, p. 145-147).

fundamentalmente a transmissão de um sistema formular, antes que a transmissão de determinadas melodias, ou em vasta medida simultaneamente com elas, de modo que o cantor aprende “não canções, mas como fazê-las”. É, assim, a natureza mesma do texto (no caso, musical) que vem posta em questão, de forma a tornar patente o interesse de ver na transmissão muito mais do que um triste processo de degeneração textual; ela é formada por eventos históricos densos de sentido e prenes de interesse.

O resultado da reorientação desse pequeno canteiro filológico foi uma multiplicação dos trabalhos ocupados com determinados manuscritos ou grupos de manuscritos, como janelas de oportunidade para a compreensão de um estrato histórico a que aqueles códices franqueiam acesso, vale dizer, para os quais criam condições de inteligibilidade. É nesse contexto que todo indício que possa ser colhido do manuscrito – convocando, assim, um adensamento da observação de aspectos paleográficos, codicológicos, decorativos etc. – passa a ser explorado e direcionado ao esclarecimento de seu entorno, metonimicamente pensado como “cultura do manuscrito” (NICHOLS, 1990), mas passível de sofrer sucessivas extensões, na direção de uma “história total” (sobre essa noção, cara à chamada “Escola dos *Annales*”, cf. BURKE, 1997).

Com relação a essa abertura do manuscrito para a vida, calha notar que há uma relevante tendência, desde os meados do século XX, a redefinir diversos campos disciplinares, outrora orientados funcionalmente para alimentar a filologia centrípeta. É emblemático o caso da paleografia, que, de *Hilfswissenschaft* (“ciência auxiliar”) da filologia, destinada a colaborar na compreensão da tradição textual, veio a assumir primeiro plano como espécie de história social e cultural que interpreta a escrita em todas as suas dimensões, no sentido da “paleografia integral” de Leonard Boyle (2001) e para além dela (cf. os notáveis trabalhos de Petrucci, resumidos em PETRUCCI, 1992).

A possibilidade de uma abertura para a experiência histórica, em sua ampla pluridimensionalidade, já podia, contudo, ser colhida em acadêmicos excepcionais, a exemplo de Ludwig Traube, conforme corretamente notou Julian Brown:

Aquilo que o distinguia de outros bons editores de sua época, e de muitos outros desde então, era um vívido senso histórico que fazia com que visse os estágios sucessivos na transmissão de um texto em termos humanos, não apenas como trabalho de base para uma edição, mas como evidências para a história cultural dos centros por meio dos quais aquele texto foi transmitido (BROWN, 1993, p. 22-23).

Nesse sentido, fica também mais evidente por que convém pensar na filologia como uma perspectiva, mais que como uma disciplina, ainda que ela possa se estabelecer contingentemente como tal; afinal, a perspectiva filológica é potencialmente constitutiva de toda uma série de manifestações disciplinares cuja separação é meramente casual. Vale, a esse respeito, atentar para a advertência de Wilamowitz:

Como em toda ciência, ou, para falar como os gregos, em toda filosofia, o maravilhamento diante do que não se conhece é o começo; o objetivo é a contemplação pura e feliz do que se entende em sua verdade e em sua beleza. Pois que a vida, que lutamos para entender, é uma unidade, nossa ciência é uma unidade. A separação das disciplinas da filologia, da arqueologia, da história antiga, da epigrafia, da numismática, recentemente também da papirologia,

tem sua justificativa unicamente na limitação da capacidade humana e não deve abafar a consciência do todo nem mesmo no especialista (WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, 1998, p. 1).

Toda uma série de disciplinas que se constituem a partir da filologia, em que estão radicadas – fenômeno que Turner (2014) corretamente coloca na origem das “humanidades” –, se podem ver assim como potenciais destinatárias de todo aquele conjunto de procedimentos que mais especificamente nutriram a crítica do texto; desde logo se evidencia que a compenetração do leitor moderno naquela posição histórica em que um texto teve (determinada) inteligibilidade, como estratégia de alargamento da compreensão, opera na verdade um renovado intercâmbio entre o texto e a situação na qual ele tinha (aquela) inteligibilidade.

CONCLUSÕES

Podemos, enfim, concluir de forma muito breve. Propusemos, neste texto, definir uma perspectiva filológica cujo núcleo reside na percepção da radical alteridade histórica de um texto, o que conduz a uma série de procedimentos que visam a estender uma ponte sobre o fosso histórico e situar o leitor moderno, no aspecto intelectual, em posição idealmente equiparada àquela, ou compreensiva daquela, do leitor para o qual aquele texto era dotado da inteligibilidade franqueada justamente por seu distinto posicionamento histórico (fosse ele originário ou próprio a algum outro ponto no tempo significativo de algum modo para a compreensão daquele texto).

Essa perspectiva, sugerimos, pode fazer pender a inteligibilidade mais no sentido que vai da situação para o texto (o que, colocando-nos na posição do texto, propusemos nomear “filologia centrípeta”) ou mais no sentido do texto para a situação (o que propusemos denominar “filologia centrífuga”). O leitor, sem dúvida, percebeu que as diferentes acepções de “filologia” que evocamos na introdução bem se compreendem como manifestações contingentes, cristalizações mais ou menos fugazes, de uma dessas duas diretrizes.

Acima de tudo, porém, o leitor deve ter percebido, por meio de alguns exemplos de estudos filológicos evocados nas páginas precedentes, que essas orientações são solidárias, de modo que, para retomar as figuras propostas, não há filologia centrípeta sem filologia centrífuga e vice-versa, mas antes uma tensão vetorial que produz uma continuada tesura produtiva em que as bordas do texto e do contexto vão ganhando nitidez e reverberando justamente por uma espécie de difusão da tensão posta no limite. Praticar filologia, ou proceder filologicamente, é, servindo-nos de uma última imagem, justamente tensionar esse limite.

THE PHILOLOGICAL PERSPECTIVE

Abstract: This text presents what it defines as the “philological perspective”, i.e., what is here proposed to be the core of philology in its various disciplinary manifestations. To that end, after establishing that this core is textual historicism, it discusses two fundamental directions of philological studies and seeks to demonstrate how they are both firmly rooted in that conceptual matrix. It finally suggests that these directions, albeit apparently divergent, are actually closely related and perfectly compatible.

Keywords: Philology. Textual criticism. Historicism. Auxiliary sciences. Manuscript studies.

REFERÊNCIAS

- AUBERT, E. H. When the Roman liturgy became Frankish: sound, performance and sublation in the eighth and ninth centuries. *Études grégoriennes*, n. 40, p. 57-160, 2013.
- AULETE, F. J. de C. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. t. II.
- AULETE, F. J. de C.; GEIGER, P. (org.). *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BALDUINO, A. *Manuale di filologia italiana*. Firenze: Sansoni, 1979.
- BARBI, M. *La nuova filologia e l'edizione dei nostri scrittori da Dante al Manzoni*. Firenze: Sansoni, 1973 [1938].
- BERGERON, K. *Decadent enchantments: the revival of Gregorian Chant at Solesmes*. Berkeley: The University of California Press, 1998.
- BLUTEAU, D. R. *Vocabulario portuguez e latin*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720. t. VI, O-P.
- BOYLE, L. E. *Integral palaeography*. Turnhout: Brepols, 2001.
- BROWN, H. Latin palaeography since Traube. In: BROWN, H. *A palaeographer's view: the selected writings of Julian Brown*. Ed. Janet Bately, Michelle P. Brown e Jane Roberts. London: Harvey Miller, 1993, p. 17-37.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997 [1990].
- CERQUIGLINI, B. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Des Travaux: Seuil, 1989.
- FERNANDES, F. *Dicionário da língua portuguesa*. Colaboração F. Marques Guimarães e Celso Pedro Luft. 2 ed. Porto Alegre, 1969. v. I, A-H.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIESOLI, G. *La genesi del Lachmannismo*. Firenze: Sismel, 2000.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Portugal-Brasil, 1926. v. II.
- FORNARO, S. Karl Lachmann: il metodo e la scienza. In: LANZA, D.; UGOLINI, G. (ed.). *Storia della filologia classica*. Roma: Carocci, 2020 [2016]. p. 139-155.
- FRAENKEL, E. Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff. In: FRAENKEL, E. *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie: zweiter Band, zur römischen Literatur, zu juristischen Texten, Verschiedenes*. Roma: Storia e Letteratura, 1964 [1921]. p. 555-562.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 [1939-1944]. v. III.
- GRIMM, J. Rede auf Lachmann. In: GRIMM, J. *Rede und Abhandlungen*. Berlin: Harrwitz und Gossmann, 1864. p. 145-162.

- GUMBRECHT, H. U. *The powers of philology: dynamics of textual scholarship*. Champaign: University of Illinois Press, 2003.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JÄGER, G. *Einführung in die klassische Philologie*. 3. ed. München: C. H. Beck, 1990 [1975].
- KUCH, H. *Philologos: Untersuchung eines Wortes von seinem ersten Auftreten in der Tradition bis zur ersten überlieferten lexikalischen Festlegung*. Berlin: Akademie-Verlag, 1965.
- LACHMANN, K. *In T. Lucretii Cari De rerum natura libros commentarius*. Berlin: Georg Reimer, 1850.
- MAAS, P. *La critica del testo*. 4. ed. Tradução Giorgio Ziffer. Roma: Storia e Letteratura, 2017 [1960].
- MALATO, E. Filologia e critica. In: MALATO, E. *Lessico filologico: un approccio alla filologia*. Roma: Salerno, 2017a. p. 107-128.
- MALATO, E. *Lessico filologico: un approccio alla filologia*. Roma: Salerno, 2017b.
- MALATO, E. *Per una nuova edizione commentata della Divina Commedia*. Roma: Salerno, 2018.
- MORAES E SILVA, A. de. *Dicionário da língua portuguesa*: Lisboa: Typographia Lacerdiana, 1813. t. 2, F-Z.
- NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967. t. 2, D-I.
- NICHOLS, S. G. Introduction: philology in a manuscript culture. *Speculum*, v. 65, n. 1, p. 1-10, jan. 1990.
- OBBINK, D. The newest Sappho: text, apparatus criticus, and translation. In: BIERL, A.; LARDINOIS, A. (ed.). *The newest Sappho*: P. Sapph. Obbink and P. GC inv. 105, fra. 1-4. Leiden/Boston: Brill, 2016. p. 13-33.
- PAGE, D. L. Pindar: P. Oxy. 2450, fr. 1. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, n. 8, p. 49-51, jan. 1962.
- PETRUCCI, A. *Breve storia della scrittura latina*. Roma: Bagatto, 1992 [1989].
- PFEIFFER, R. *History of classical scholarship: from the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- RAIMONDI, E. Problemi della critica contemporanea. *Lettere italiane*, v. 15, n. 2, p. 184-198, abr./jun. 1963.
- REYNOLDS, L. D.; WILSON, N. G. *Scribes and scholars: a guide to the transmission of Greek and Latin literature*. 3. ed. Oxford: Clarendon Press, 1991 [1968].
- SANGUINETTI, F. *Dantis Alagherii Comedia*. Firenze: Edizioni del Galluzzo, 2001.
- SCHIRONI, F. *The best of the grammarians: Aristarchus of Samothrace on the Iliad*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018.
- SILVA, A. de M. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Lisboa: Confluência, 1953. v. V.
- SOLESMESES [les moines de]. *Le Graduel Romain: édition critique, II, les sources*. Solesmes: Abbaye Saint-Pierre de Solesmes, 1957.

SOLESMES [les moines de]. *Le Graduel Romain: édition critique, IV, le texte neumatique, volume II, les relations généalogiques des manuscrits*. Solesmes: Abbaye Saint-Pierre de Solesmes, 1962.

TIMPANARO, S. *La genesi del metodo del Lachmann*. Torino: Utet, 2004 [1963].

TREITLER, L. Homer and Gregory: the transmission of epic poetry and plainchant. In: TREITLER, L. *With voice and pen: coming to know medieval song and how it was made*. Oxford: Oxford University Press, 2003a. p. 131-185.

TREITLER, L. Medieval improvisation. In: TREITLER, L. *With voice and pen: coming to know medieval song and how it was made*. Oxford: Oxford University Press, 2003b. p. 1-38.

TURNER, J. *Philology: the forgotten origins of the modern humanities*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.

VARVARO, A. *Prima lezione di filologia*. Bari: Laterza, 2012.

VIEIRA, F. D. *Grande dicionario portuguez, ou Thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. von. *Geschichte der Philologie*. Wiesbaden: Springer, 1998 [1921].

ZIMMERMANN, B. (ed.). *Die Literatur der archaischen und klassischen Zeit*. München: Beck, 2011.